

Diogo Alexandre de Paiva-Manso Bastos dos Santos;
 Dora Isabel Rodrigues Martins Costa;
 Ernesto Filipe Caldas Costa;
 Filipa de Jesus Romão;
 Gertrudes Cristina da Silva Morgado;
 Ghislaine Franco;
 Gil Filipe Marques;
 Helga Cláudia Fernandes Ribeiro Teixeira Castro;
 Humberto Manuel Inácio Rodrigues;
 Isabel de São José Soares Rosário;
 Isabel Maria da Silva e Sousa Reis Figueira Drago;
 Isabel Pereira Caetano;
 Ivan Mauro Rodrigues Teixeira Barbosa;
 Ivone Ferreira da Costa;
 Joana Mafalda Ribeiro Amorim;
 Joana Maria Valente Falcão de Carvalho;
 João Baptista de Almeida Fragoço Mendes;
 João Carlos Junceira Branco;
 José Carlos Mendes Furriel Mateus;
 José Paulo Faria de Sousa;
 Júlia Cristina Guerra de Carvalho do Couto;
 Juliana Ribeiro de Sousa;
 Leandro Pereira de Almeida;
 Lígia Costa Barizon Cardoso;
 Liliana Andreia da Costa Marques Felícia;
 Liliana Marisa Costa Paula;
 Lúcia Vieira Leite;
 Luís Filipe Ramos Esteves Caeiros;
 Magda da Natividade Sales dos Santos Couto;
 Manuel Silva Gomes de Oliveira;
 Marcela Teresa da Silva Santos;
 Marco André Antunes Jardim de Azevedo;
 Margarida Maria Oliveira de Matos Diogo Guedes de Campos;
 Maria Adelaide Batalha Franco;
 Maria Arlete Pereira da Silva;
 Maria da Graça Maia Amarelo Carrilho;
 Maria de Fátima Neves Pinto;
 Maria do Céu Nobre Lourenço Lages;
 Maria Filipa Ferreira Silva;
 Maria Fortes Flor;
 Maria Isabel Gomes de Morais;
 Maria João Costa Dinis Teles;
 Maria Manuela Ferreira Taborda;
 Maria Seifert Miranda;
 Maria Teresa Janeiro Lopes dos Santos;
 Mariana Alves Ramos;
 Mariana Couto Castro Moreira Neves;
 Marina Isabel Guedes Martinho Henriques;
 Marta Afonso Dias;
 Marta Andrea dos Santos Marques da Silva;
 Marta Margarida Nunes de Almeida Vicente;
 Miguel Duarte Guerreiro;
 Natália de Jesus Silva Crespo;
 Natália Ramos Lavrador;
 Néelson Coelho Pereira;
 Olga Marina Costa Cid;
 Patrícia Campos Casaca;
 Patrícia Isabel da Silva Coutinho;
 Patrícia Maria Martins Lopes;
 Paula Cristina da Cruz Rogério;
 Paula Maria Rodrigues Alves;
 Paula Santos Lourenço;
 Paulo José Casimiro Duarte;
 Pedro Miguel Manita Pereira da Cruz;
 Pedro Miguel Pratas Serrano;
 Raquel Cristina Ferreira da Silva;
 Renata Maria Antunes Viegas Rosário de Oliveira;
 Ricardo Jorge Figueiredo Segurado;
 Rodrigo Nuno Godinho Santos;
 Rute Carla Sobral Guilherme;
 Sandra Isabel Maria Luís Morgadinho;
 Sandra Maria Moreira Leitão da Silva;
 Saúl Augusto Conde de Oliveira;
 Sílvia Patrícia Lopes Gabriel;
 Sónia Jorge Costa Pires;
 Susana Catarina Dias Martins;
 Vânia Raquel Alves Dias;
 Vera Cristina Pires Passarinho;
 Vera Maria Franco Correia;
 Vera Patrícia Sousa da Silva.

E. Lista provisória de candidatos excluídos, ao abrigo do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro — candidatos com classificação inferior a 9,5 valores no primeiro método de selecção (avaliação curricular):

Nuno Filipe Almeida Oliveira;
 Sílvia Maria Ribeiro Ferreira Pereira.

(* Candidata portadora de deficiência — Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro

6 de Setembro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Santos Soeiro*.

203663925

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Autoridade Florestal Nacional

Despacho n.º 14176/2010

Considerando que José Joaquim das Neves Paul, veio a exercer funções dirigentes, sem interrupção desde 06 de Novembro de 2002 até 30 de Setembro de 2008.

Considerando que este funcionário, detinha a ex. categoria de Técnico Superior Principal, da Carreira de Engenheiro, quando cessou as funções dirigentes e requereu o acesso à ex. categoria de Assessor Principal da Carreira de Engenheiro, do mapa de pessoal da AFN, em virtude de ter concluído em 06 de Novembro 2007, dois módulos completos em funções dirigentes, por aplicação da alínea a) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, que lhe possibilita o direito à criação do lugar.

Considerando o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 29.º e no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Determino o provimento do Técnico Superior José Joaquim das Neves Paul, na ex. categoria de Assessor Principal, com efeitos a 06 de Novembro de 2007 e correspondente reposicionamento remuneratório, nos termos dos artigos 104.º e 109.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a partir de 01 de Janeiro de 2009. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2010. — O Presidente da AFN, *Amândio José de Oliveira Torres*.

203663599

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14177/2010

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o licenciado Néelson Manuel da Conceição Lopes das funções de assessor do meu Gabinete, para que tinha sido nomeado pelo despacho n.º 6298/2010, de 31 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 9 de Abril de 2010.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 3 de Setembro de 2010.

3 de Setembro de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascensão Mendonça*.

203661421

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Aviso n.º 17926/2010

Concurso interno geral de acesso para a categoria de especialista de informática de grau 3, nível 1, do mapa de pessoal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P. (LNEC)

1 — Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 21.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e da alínea a) do artigo 9.º do Decreto-

-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por deliberação de 2010-08-30 do Conselho Directivo, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para a categoria de especialista de informática, de grau 3, nível 1, da carreira de especialista de informática, na área de Infra-Estruturas Tecnológicas, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho do mapa de pessoal do LNEC.

2 — O concurso destina-se a colmatar as necessidades do serviço conforme disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

3 — Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida Portaria.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo regime próprio da carreira de informática, definido no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, pela Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 204/98 e pelas disposições aplicáveis da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Regime aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e pelos artigos 21.º e 22.º da Lei n.º 3-B/2010.

5 — Prazo de validade — o concurso visa a ocupação do posto de trabalho mencionado, caducando com o seu preenchimento.

6 — Local de Trabalho: Laboratório Nacional de Engenharia Civil — Avenida do Brasil, 101 — 1700-066 Lisboa.

7 — Conteúdo funcional — O conteúdo funcional é o constante nos n.ºs 3 e 5 do artigo 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

8 — Remuneração e condições de trabalho — A remuneração base mensal corresponde ao escalão 1, índice 720 (€ 2 471,62) e as condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente aplicáveis aos trabalhadores da Administração Pública.

9 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

9.1 — Requisitos gerais: Podem candidatar-se os trabalhadores que reúnam os requisitos definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98 e que sejam detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, incluindo os que se encontram em situação de mobilidade especial e excluindo os que se encontram abrangidos pelo artigo 22.º da Lei n.º 3-B/2010.

9.2 — Requisitos especiais: os definidos nos artigos 4.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — A formalização das candidaturas é efectuada através do formulário de candidatura aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 29 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, disponível no site do LNEC, www.lnec.pt/recrutamento, devidamente preenchido, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional detalhado, datado e assinado, dele devendo constar designadamente as habilitações académicas, as funções que exerce e as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, bem como a formação profissional detida, com indicação das entidades promotoras, duração e datas;

b) Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;

c) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, onde seja atestada a modalidade da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, bem como a carreira e categoria de que seja titular e o tempo de serviço prestado, na categoria, na carreira e na Função Pública;

d) Classificação de serviço/avaliação de desempenho relativas aos anos de serviço relevantes para admissão ao concurso;

10.2 — A não entrega dos documentos referidos no ponto anterior determina a não admissão ao procedimento concursal;

10.3 — A não entrega dos comprovativos da formação profissional tem como consequência a sua não valoração em sede de avaliação curricular;

10.4 — Os candidatos pertencentes ao mapa de pessoal do LNEC ficam dispensados da apresentação dos documentos que alegarem constar e que constem do seu processo individual, bem como da declaração referida em 10.1. alínea c).

10.5 — A candidatura pode ser remetida através de correio registado, com aviso de recepção, com a indicação exterior “Concurso interno geral de acesso para a categoria de especialista de informática, grau 3”, para o endereço do LNEC — Avenida do Brasil, n.º 101, 1700-066 Lisboa, relevando como data de entrega a data do respectivo registo.

10.6 — Poderá também ser entregue pessoalmente no Sector de Arquivo e Expediente Geral do LNEC, no mesmo endereço, no período compreendido entre as 9:00 e as 12:30 e entre as 14:00 e as 17:30.

10.7 — Poderão igualmente ser aceites candidaturas enviadas pelo correio electrónico até ao termo do prazo, para o seguinte endereço: recrutamento@lnec.pt.

11 — Métodos de selecção:

11.1 — Os métodos de selecção são os seguintes: prestação de prova de conhecimentos (PC) e avaliação curricular (AC).

11.2 — Cada um dos métodos é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que não compareçam ou que tenham obtido valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

11.3 — A classificação dos métodos de selecção será expressa numa escala de 0 a 20 valores, e a classificação final resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Classificação Final (CF)} = 0,60 \text{ PCE} + 0,40 \text{ AC}$$

11.4 — A prova de conhecimentos revestirá a forma escrita, de natureza teórica, com a duração máxima de 2 horas, sem consulta, incidindo sobre as matérias referentes aos temas abaixo indicados, e constantes do programa de provas aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 902/2002, publicado no *Diário da República*, n.º 292, 2.ª série, de 2002-12-18:

1 — Sistemas operativos e arquitectura de computadores:

Especificação de equipamento para servidores e estações de trabalho; Instalação e configuração de servidores e estações de trabalho; Administração de servidores e estações de trabalho em sistemas UNIX e Linux.

2 — Segurança de sistemas e redes:

Salvaguarda e recuperação de dados; Monitorização de serviços; Gestão e implementação de políticas de segurança.

3 — Administração de sistemas, de serviços de rede e de sistemas distribuídos:

Instalação e administração de serviços; Gestão de Centros de dados; Administração de Sistemas de Informação Geográfica.

11.5 — A bibliografia aconselhada para a prova escrita de conhecimentos específicos é a seguinte:

Limocelli, T.A.; Hogan, C. (2002) — The practice of system and network administration; Addison-Wesley, 774 pp.

Preston, W.C., (1999) — Unix Backup & Recovery, O'Reilly & Associates, 707 pp.

Sloan, J.D. (2001) — Network troubleshooting tools. O'Reilly & Associates, 346 pp.

Toxen, B. (2001) — Real world Linux security: Intrusion, Prevention, Detection and Recovery, Prentice Hall, 694 pp.

Hunt, C (2001) — Linux Sendmail Administration, Sybex, 457 pp.

12 — Composição do Júri:

Presidente do Júri — Luís Fernando Arriaga da Cunha, Investigador Coordenador, Director do Centro de Tecnologias da Informação.

1.º Vogal — Anabela Pacheco de Oliveira, Investigadora Auxiliar, Chefe do Núcleo de Tecnologias de Informação em Hidráulica e Ambiente

2.º Vogal — Pedro Filipe Puga da Fonseca Velo, Técnico Superior de Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto, Especialista de Informática, Grau 3, nível 2, Chefe da Divisão de Infra-estruturas Informáticas.

João Carlos Viana Martins, Consultor de Informática

O primeiro vogal substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

13 — Actas — As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e a respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — Listas dos candidatos:

14.1 — A lista de candidatos admitidos é afixada em local visível e público das instalações do LNEC e disponibilizada na sua página electrónica.

14.2 — A lista de classificação final, após homologação, é notificada por ofício registado, afixada em local visível e público das instalações do LNEC e disponibilizada na sua página electrónica.

15 — Menção a que se refere o Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na

progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica do LNEC, e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

17 — A 4.ª Delegação da Direcção-Geral do orçamento emitiu a correspondente declaração de confirmação de cabimento orçamental em 2010-08-03.

Lisboa, em 6 de Setembro de 2010. — O Chefe da Divisão de Gestão de Pessoal, *Daniel Martins*.

203663155

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P.

Aviso n.º 17927/2010

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional.

1 — De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, ficam notificados os candidatos ao procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 12639/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 24 de Junho, da homologação das listas de ordenação final, por despacho de 01/09/2010 da Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., conforme a Referência A — Recepcionista e a Referência B — Telefonista.

2 — Em conformidade com o disposto no do n.º 6 do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, procede-se à publicação das listas de ordenação final, relativas às referências A e B, sendo as mesmas afixadas em local visível e público, na sede da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., sita na Rua da Alcárcova de Baixo, 6, 7000-841 Évora e na sua página electrónica (www.arhalentejo.pt).

Lista de Ordenação Final dos Candidatos — Referência A Recepcionista

Ordenação	Candidato	Classificação Final
1	Estrela Maria Leonardo Cavaco.	12,44

Lista de Ordenação Final dos Candidatos — Referência B Telefonista

Ordenação	Candidato	Classificação Final
1	Ana Maria da Cruz Coelho dos Santos Romero.	13,33
2	Francisca Calado Fernandes	13,25

Évora, 03 de Setembro de 2010. — A Vice-Presidente, *Rosa Gouveia Catita*.

203660985

Aviso n.º 17928/2010

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho, da carreira/categoria de Técnico Superior.

1 — De acordo com o previsto no aviso n.º 12638/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 24 de Junho, procedeu-se à entrevista de profissional de selecção como método de selecção facultativa,

elaborando-se a respectiva grelha classificativa, a qual se encontra afixada em local visível e público, na sede da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., sita na Rua da Alcárcova de Baixo, 6, 7000-841 Évora e na sua página electrónica (www.arhalentejo.pt).

2 — Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 3, do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 36.º do referido diploma, notificam-se os interessados de que se encontra afixada em local visível e público, na sede da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., sita na Rua da Alcárcova de Baixo, 6, 7000-841 Évora e na sua página electrónica (www.arhalentejo.pt), a lista unitária de ordenação final dos candidatos, a que se refere o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 12638/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 24 de Junho.

Évora, 3 de Setembro de 2010. — A Presidente do Júri, *Rosa Gouveia Catita*.

203660993

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro

Despacho n.º 14178/2010

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, designo o Vice-Presidente, Engenheiro Pedro Artur Barreirinhas Sales Guedes Coimbra, meu substituto legal em caso de ausência e ou impedimento.

Este Despacho produz efeitos a 1 de Julho de 2010, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

6 de Setembro de 2010. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.
203661949

Direcção-Geral do Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Urbano

Aviso n.º 17929/2010

Por despacho do Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, de 28 de Julho de 2010, e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2009, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum com vista à ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Direcção-Geral, na carreira e categoria de assistente técnico, aberto por Aviso n.º 91/2010, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 2, de 5 de Janeiro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 2 de Agosto, com Henrique Manuel Alves Fernandes, ficando posicionado na 6.ª posição remuneratória, nível remuneratório 11, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro.

1 de Setembro de 2010. — A Director-Geral, em substituição, *Maria João Botelho*.

203662012

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso (extracto) n.º 17930/2010

Avaliação final relativa ao período experimental do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

O júri de acompanhamento e avaliação no período experimental da coordenadora técnica Maria Jarmela Palos Gomes Ferreira, em reunião de 15 de Julho de 2010, e após apreciação do relatório/autoavaliação entregue, determinou a conclusão com sucesso do período experimental, classificando a trabalhadora com vinte valores.

Esta avaliação foi superiormente homologada, em 4 de Agosto de 2010, e resulta na contratação da coordenadora técnica Maria Jarmela Palos Gomes Ferreira por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2010.

01 de Setembro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendes Baptista*.

203661568